



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040601314	Distribuição: 13/12/2020
Número Único: 0051674-46.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: CONCILIAÇÃO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: FRANCISCO SANTANA DA SILVA

Endereço: Rua Um

Complemento:

Bairro: COROA DO MEIO

Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49035010

Requerente: Advogado(a): THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE

Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua da Assembléia

Complemento: 16º andar

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

13/12/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040601314, referente ao protocolo nº 20201211163403595, do dia 11/12/2020, às 16h34min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE

FRANCISCO SANTANA DA SILVA, brasileiro, solteiro, auxiliar mecânico, inscrito no CPF sob n. 107.399.665-45, portador do RG n. 7.112.084-0 SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Um, n. 28, Coroa do Meio, Aracaju/SE – CEP 49200-000, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

<p align="center"><u>AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT</u></p>
--

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

I – DOS FATOS

A parte autora sofreu acidente de trânsito entre moto x carro, ocorre que estava conduzindo seu veículo (Motocicleta Yamaha/XTZ 125E, placa IAA7377) pela faixa a direita, quando nas proximidades da rotatória da via, foi surpreendida por um veículo que estava sinalizando com a seta para a esquerda, mas inesperadamente trocou para faixa onde se encontrava, resultando na colisão entre os veículos, conforme Boletim de Ocorrência n. 00078807/2020, fato ocorrido em 04/07/2020 às 22h00min juntamente com o Prontuário Médico, a mesma foi então encaminhada para a fundação hospitalar de saúde, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno **“Amputação traumática 3º e 4º PDD pé – S89.2, fratura múltiplas em pé esquerdo”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora em 04/07/2020 foi admitida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz *jus* ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos, bem como as minúcias da fratura.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.

6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

II - PRELIMINARMENTE

II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

Art 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§1º. O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de

qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

II.2 – DO INTERESSE DE AGIR

Quanto a eventual alegação por parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

Art. 5º. *omissis*

(...)

XXXV - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às " vaidades " administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim,

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

III – MÉRITO

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

Art. 3. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§2º. Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º. As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 70% (setenta por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta centavos)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Danos Corporais Totais Repercurssão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores.	70

Subsidiariamente não atinja o valor acima total indenizatório de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) que seja considerado o pagamento de indenização na proporção de 50% (cinquenta por cento), ou seja, R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta) Isto porque se enquadra no quesito: Perda completa da mobilidade de um dos pés; conforme explicitado abaixo:

Danos corporais segmentares (parciais) Repercussão em partes de membros superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos pé	50

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “membro inferior” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste íterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 70% (setenta por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 70% (setenta por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no prontuário médico, já citado e emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência. No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.
(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012). (grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 70% (setenta por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

De mais a mais, resta visível que não foi paga a quantia devida pela requerente,

não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

V - DA PERÍCIA

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC). Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as conseqüências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstrada pelo prontuário médico.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito¹.

VII– DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 5º. omissis

(...)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**,

¹ MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex;

b) **Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa, **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;**

d) **Determinar a citação da Requerida**, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) **Diante da nova exigência do NCPC**, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) **Conceder os benefícios da justiça gratuita** por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) Seja concedido a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados nos termos do Art. 85, § 8º do CPC em razão a equitativa, ou valor correspondente a um salário mínimo vigente;

i) Determinar a realização de perícia médica, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada Dra. **THAYLA JAMILLE PAES VILA OAB/SE 1.193-A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Aracaju/SE, 11 de dezembro de 2020.

Q U E S I T O S P E R I T O:

- 1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.
- 2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.
- 3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.
- 4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.
- 5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.
- 6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.
- 7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.
- 8) se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigo 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome francisco santana da silva,
nacionalidade BRASILEIRO, estado civil SOLTEIRO, profissão AUXILIAR DE MECANICO
inscrito no CPF 10739966545 e RG 71120840, residente e domiciliado na
RUA UM, n. 28,
bairro COROA DO MEIO, CEP 49000000 na cidade de ARACAJU/SE,
telefone 79 99686-2448/7999879-3871.

OUTORGADOS: **COLDIBELLI ADVOGADOS** sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, “**ARTHUR ANDRADE FRANCISCO**, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 “e” **RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO**, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878” e **THAYLA JAMILLE PAES VILA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317 e OAB-SE 1193-A, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973.

PODERES ESPECÍFICOS: para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, exceto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10, **ESPECIALMENTE** para propor

ARACAJU/SE02 / 12 / 2020

x *Francisco Santana da Silva*

DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Eu, francisco santana da silva,
nacionalidade Brasileiro, estado civil SOLTEIRO, profissão AUXILIAR DE MECANICO
inscrito no CPF 10739966545 e RG 71120840, residente e domiciliado a
RUA UM, n. 28, bairro
COROA DO MEIO, CEP 49000000 na cidade de ARACAJU/SE,
DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 4º da Lei
n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC; para
os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de
condições econômicas para arcar com **eventual ônus processual**, ou seja, especialmente **pagar
as custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de
sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

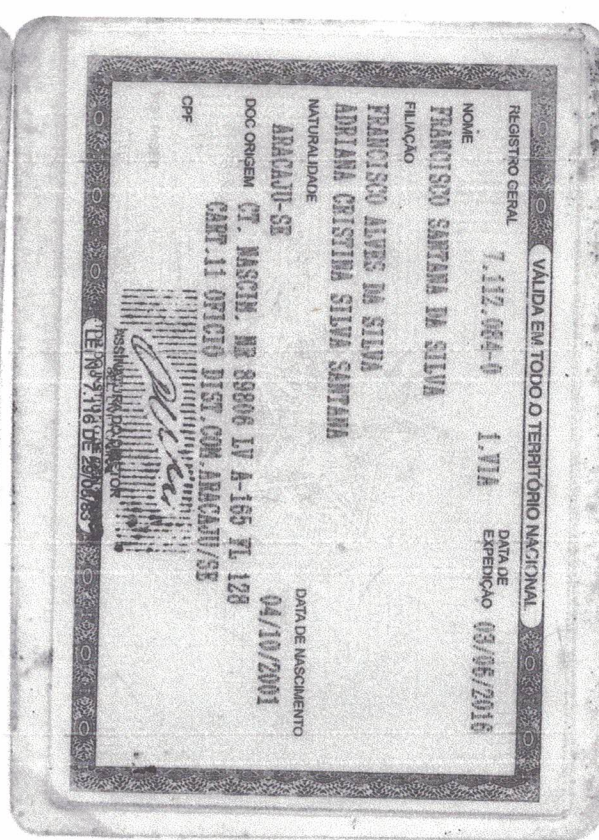
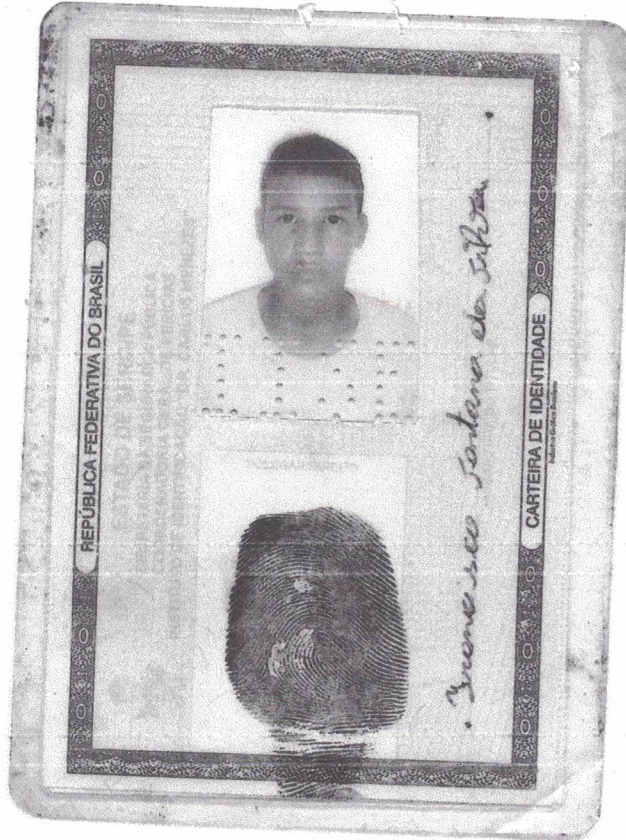
Por ser expressão de verdade, e com base na **Lei 7.115**, de 29 de agosto de
1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas
da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

ARACAJU/SE

02 / 12 / 2020

x Francisco Santana da Silva

Declarante



06/08/2020
998952138
~~99877~~

JOSE MARCOS SANTOS
RUA UM, 0028 - COROA DO MEIO
ARACAJU / SE CEP: 49000000 (AG: 1)

CPF/CNPJ/RANI: 150.881.205-59

Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B3
Classe: COM MTC B3 / Subclasse: COMERCIAL
Ligação: MONOFÁSICO
Roteiro: 15 - 1 - 422 - 2310 Nº Medidor: WV5035408414



UNIDADE CONSUMIDORA (UC)

3/1155876-4

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00011558764



VALOR DA FATURA

R\$ 54,62



VENCIMENTO

11/10/2020



REFERÊNCIA

Set / 2020



CONSUMO

73kWh

2,21 kWh
MÉDIA DIÁRIA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



Fls: 1

Visto:

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00078807/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 26/10/2020 12:08:35 Data/Hora Fim: 26/10/2020 12:50:48
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito

Data/Hora do Fato: 04/07/2020 22:00 (Hora Aproximada)

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)
Bairro: Aeroporto
Logradouro: Avenida Senador Julio Cesar Leite
Ponto de Referência: rotatória
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 DA LEI 9.503/1997 - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: FRANCISCO SANTANA DA SILVA (VÍTIMA , COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino	Nasc: 04/10/2001	Idade 19
Profissão: Auxiliar de Mecânico			
Estado Civil: Solteiro(a)		Naturalidade: Aracaju - SE	
Nome da Mãe: Adriana Cristina Silva Santana		Nome do Pai: Francisco Alves da Silva	

Documento(s)

CPF: 107.399.665-45

Endereço

Município: Aracaju - SE
Logradouro: Rua 01
Bairro: Coroa Do Meio
Telefone: (79) 99895-2138 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 534.230.975-15	Placa IAA7377
Renavam 00892451270	Número do Motor E385E007021
Número do Chassi 9C6KE093060006978	Ano/Modelo Fabricação 2006/2006
Cor PRETA	UF Veículo SE
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo YAMAHA/XTZ 125E
Veículo Adulterado? Não	Situação Envolvido



Impresso por: Manoel Messias Santos
Data de Impressão: 26/10/2020 12:50:57

Página 1 de 2
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00078807/2020

Última Atualização Denatran 22/10/2019		Situação do Veículo RENAINF	
Nome Envolvido		Envolvimentos	
Francisco Santana da Silva		Possuidor	
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon		
Descrição Clio Branco	Veículo Adulterado? Não		
Situação Meio Empregado			
Nome Envolvido		Envolvimentos	
Desconhecido 1		Possuidor	

RELATO/HISTÓRICO

Relata o noticiante que no dia, local e hora mencionada, estava conduzindo o seu veículo pela faixa da direita, quando nas proximidades da rotatória da via, foi surpreendido por um veículo que estava sinalizando com a seta para a esquerda, mas inesperadamente trocou para a faixa da direita. Mencionou que ao ver a manobra do condutor do automóvel, tentou desviar do veículo, mas não obteve êxito, ocasionando a colisão entre os veículos. Informou que com a batida teve a perda de dois dedos do pé esquerdo, fratura exposta de outro do mesmo pé, além de escoriações em seu corpo. Relatou que não aguardou a chegada do SAMU, pois ligou para o seu irmão, solicitando que o levasse ao hospital. Disse, por fim, que não tem interesse pela representação criminal do autor do fato.

ASSINATURAS

Manoel Messias Santos

Escrivão de Polícia

Matrícula 1218969

Responsável pelo Atendimento

Francisco Santana da Silva

Vítima, Comunicante

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que de origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Daiane Batista Menezes Santos

Agente de Polícia Judiciária

Mat. 2537

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Francisco Sinton de Silva

DATA DA ENTRADA: 04/07/2020

DATA DA SAÍDA: 16/07/2020

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS (☒)

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito, colisão moto x carro, com fraturas múltiplas em pé esquerdo (fratura exposta), ficando internado de 04-07-2020 até 16-07-2020, foi operado no 05-07-2020, com cirurgia ortopédica para fixação com FK e O de MTT, realizado amputação 3:14 = pseudotumor, teve alta de 16-07-2020 sem intercorrências, com receita por-casa e orientado a ter acompanhamento ambulatorial.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

- 05-07-2020 - Cirurgia ortopédica para tratamento de múltiplas fraturas em pé esquerdo.

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx do pé esquerdo.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Marcelo de Farias Alves CRM 3407

Dr. Walber Souza CRM 5161

Dr. Thiago Nogueira CRM - 3702

Dr. Antonio Rocco Ombel CRM - 880

Dr. Rodrigo D. Passos CRM 4808.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (☒)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

EVASÃO ()

ARACAJU, 16 de Outubro de 2020

Dr. Damiano D. Conrado Abilio
Médico
CRM-BA: 10599 CRM-SE: 3638

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 163313
CNS:DATA: 04/07/2020 HORA: 22:19 USUARIO: CSSOUZA
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : FRANCISCO SANTANA DA SILVA DOC...: 71120840
IDADE.....: 18 ANOS NASC: 04/10/2001 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA PARTIDO 2 NUMERO: 12
COMPLEMENTO....: BAIRRO: COROA DO MEIO
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP...: 49000-000
NOME PAI/MAE...: FRANCISCO ALVES DA SILVA /ADRIANA CRISTINA SILVA SANTA
RESPONSAVEL...: ESPOSA/TAMIREZ TEL...: 79-9989511
PROCEDENCIA...: ARACAJU - CAPITAL 38
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Queixas de dor, cólicas no abdômen x como
com trauma em pé dir.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

Importância transitória para do 30000

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Do CC.

Kefzol 500 mg 23:00

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E DO MEDICO

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: FRANCISCO SORIAN M. SILVA
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO: MÚLTIPLOS TRAUMAS EM AC E TAP
CIRURGIA REALIZADA: NEULOMIA DO COR E F. DE M. DE M. DE M.
CIRURGIÃO: WALDIR SORIAN
AUXILIARES:
ANESTESIA: M. DE M. ANESTESISTA: D. ENCK
DIAGNÓSTICO PÓS- OPERATORIO: O M. DE M.
() CIRURGIA LIMPA (X) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
() CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (X) NÃO
TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:
() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTANEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- 1) PACIENTE EM ODR SOB ANESTESIA
- 2) ADMISSÃO E ASSISIA F. DE M. DE M.
- 3) C. M. DE M. com SF 8%
- 4) VISUALIZADO 3° e 4° PDD ESTAVA C. ANOT. COSE
- 5) F. DE M. com FR (2.0) de F. de M. de M. (S)
- 6) F. de M. de M. de M. de M. de M. de M.
- 7) CONTINUA F. DE M. DE M.
- 8) SUTURA DE F. DE M. DE M.
- 9) L. DE M. DE M.
- 10) A. DE M. DE M.

DATA: 05/07/20

Assinatura do Cirurgião

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSÉ
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS
BLOCO CIRÚRGICO
CONSUMO DE SALA

GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Saúde

PACIENTE: *Francisco Santana da Silva* Nº PRONTUÁRIO: *19216* DATA: *04/01*
CIRURGIÃO: *Dr. Walker* TIPO DE ANESTESIA: *Rápid* Nº LADE: *08*
CIRURGIÃO: *Dr. Cirurgico* INSTRUMENTADOR: *Maia* Nº DE SALA: *08* GRÃO: *08*
ENFERMEIRO: *Dei. Erick* ANESTESISTA: *Dei. Erick* Nº DO KIT: *08* KIT FOS: *08*

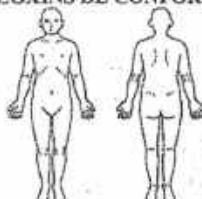
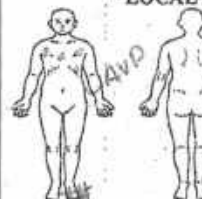



de trat. exp. do *Dr. Cirurgico* RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CONSUMO DE SALA *do 3º e 4º Pod*

COD	MEDICAMENTOS COMUNS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA	COD	MATERIAIS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA	12.726	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,5	1		
11.207	ÁCIDO TRANEXAMICO	4			12.265	CATETER TIPO ÓCULOS	1			12.727	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,0	1		
11.211	ÁGUA DESTILADA	10			12.340	COLETOR URINA SISTEMA ABERTO	1			12.730	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,5	1		
729	ATROPINA	5			12.386	ELETRODOS	5			12.733	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8,0	1		
	CEFALOTINA (KAFUN)	2			12.404	EQUIPO MACROGOTAS	2			12.735	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8,5	1		
11.639	CEFALOXILINA	2			12.431	EQUIPO MICROGOTAS	1			COD	FIOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA
11.253	CETOPROFENO IV (PROFENID)	1			12.358	EXTENSOR	2			11.645	FIO ALGODÃO 0 C/AGULHA	2		
763	CLONIDINA	1			12.385	FILTRO BARREIRA	1			11.611	FIO ALGODÃO 2,0 C/AGULHA	2		
3.111	DEXAMETASONA (DECADRON)	1			12.243	GELCO Nº 14	2			11.641	FIO ALGODÃO 6 S/AGULHA	2		
11.293	DIFENIDRAMINA 50/1	1			12.247	GELCO Nº 16	2			11.582	FIO ALGODÃO 2,0 S/AGULHA	2		
11.186	DIMENIDRATO+PIROXIDINA 10ML	2			12.248	GELCO Nº 18	2			11.616	FIO ALGODÃO 3,0 S/AGULHA	2		
866	DIPIRONA	2			12.249	GELCO Nº 20	2			11.705	FIO POLIAMIDA PURA 2,0 C/AGULHA	4		
11.647	EFEDRINA	1			12.251	GELCO Nº 22	2			11.713	FIO POLIAMIDA PURA 3,0 C/AGULHA	4		
829	EPINEFRINA (ADRENALINA)	5			12.252	GELCO Nº 24	2			11.716	FIO POLIAMIDA PURA 4,0 C/AGULHA	4		
831	ETILEFRINA (EFORTIL)	1			12.121	LÂMINA Nº 11	2			11.755	FIO POLILACTINA 1 C/AGULHA	3		
11.433	GLICONATO CALCIO	5			12.124	LÂMINA Nº 15	2			11.759	FIO POLILACTINA 2,0 C/AGULHA	3		
982	HIDROCORTISONA 100MG	1			12.128	LÂMINA Nº 21	2			11.774	FIO POLILACTINA 3,0 C/AGULHA	3		
11.347	NEOSTIGMINE (PROSTIGMINE)	5			12.131	LÂMINA Nº 23	2			1.837	FIO POLIPROPILENO 0 C/AGULHA	2		
11.356	NOREPINEFRINA	5			12.132	LÂMINA Nº 24	2			11.842	FIO POLIPROPILENO 2,0 C/AGULHA	2		
11.377	ONDASENTRONA (NAUSEDRON)	1			12.454	LUVAS ESTÉRIL Nº 7	6			12.493	FIO POLIPROPILENO 3,0 C/AGULHA	2		
11.396	SUXAMETÔNIO 100MG (QUELICIN)	1			12.455	LUVAS ESTÉRIL Nº 7,5	6			COD	SANEANTES	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA
COD	MEDICAMENTOS CONTROLADOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA	12.463	LUVAS ESTÉRIL Nº 8	6			11.974	ÁGUA OXIGENADA	2		
11.283	DEXTRORETAMINA (KETALAR)	1			12.462	LUVAS ESTÉRIL Nº 8,5	6			11.987	ÁLCOOL 70% 100ML	2		
883	DIAZEPAM 10MG	1			12.469	LUVAS PROCEDIMENTO TAM. G	50			11.984	ÁLCOOL 70% 1000ML	1		
11.307	ETOMIDATO	1			12.468	LUVAS PROCEDIMENTO TAM. M	50			12.024	CLOREXIDINA ALCOOLICA	2		
11.325	FENTANIL+OROPERIDOL (NILPERIDOL)	1			12.467	LUVAS PROCEDIMENTO TAM. P	50			12.019	CLOREXIDINA AQUOSA	2		
11.328	FENTANIL 2ML	1			12.601	SERINGA 1ML	5			12.029	CLOREXIDINA DEGERMANTE	2		
11.335	FENTANIL 10ML	1			12.596	SERINGA 3ML	5			12.112	PVPi DEGERMANTE	2		
6.680	MIDAZOLAM 5MG (DORMONID)	1			12.597	SERINGA 5ML	5			12.117	PVPi TÓPICO	2		
11.336	MORFINA 0,2MG (DIMORF)	1			12.598	SERINGA 10ML	5			COD	EQUIPAMENTOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA
11.337	PROPOFOL 20ML	1			12.599	SERINGA 20ML	5				BISTURI ELÉTRICO			
11.635	PROPOFOL 50ML	1			12.619	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 04	1				CARRO DE ANESTESIA			
11.355	REMIFETANILA (ULTIVA)	1			12.620	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 06	1				DESFRIADOR			
11.414	TRAMADOL (TRAMAL)	1			12.621	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 08	1				MICROSCÓPIO			
COD	ANESTÉSICOS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA	12.622	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 10	1				MONITOR CARDÍACO			
11.361	BUPIVACAÍNA 0,5% C/V	1			12.623	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 12	1				NEGATOSCÓPIO			
11.235	BUPIVACAÍNA 0,5% S/V	1			12.624	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 14	1				OXÍMETRO DE PULSO			
11.358	BUPIVACAÍNA+ GLICOSE (NEOCAÍNA PES)	1			12.625	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº 16	1			COD	GASOTERAPIA	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA
11.259	CISATRACURIO	1			12.657	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 04	1				AR COMPRIMIDO			
1.096	LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 2% S/V	1			12.658	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06	1				NITROGÊNIO			
11.399	PANCURÔNIO	1			12.659	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 08	1				OXIGÊNIO			
11.368	RONCURÔNIO	1			12.660	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 10	1				PROTÓXITO DE AZÔNIO			
11.372	ROPIVACAÍNA	1			12.664	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18	1			COD	SOROS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA
COD	MATERIAIS	COTA	QTD UTILIZ	REPOSTA	12.665	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20	1			953	SORO FISIOLÓGICO 100ML			
12.027	AGULHA 13X0,45	5			12.696	TORNEIRINHA 3 VIAS	2			955	SORO FISIOLÓGICO 250ML			
12.033	AGULHA 25X7	5			12.701	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 2,5	1			956	SORO FISIOLÓGICO 500ML			
12.036	AGULHA 30X8	5			12.703	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 3,0	1			12.072	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML			
12.038	AGULHA 40X12	5			12.704	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 3,5	1			16.785	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML			
12.007	AGULHA RAQUI 22	1			12.713	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 4,0	1			12.077	SORO RINGER C/ 500ML LACTATO			
12.011	AGULHA RAQUI 25	1			12.716	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 4,5	1							
12.023	AGULHA RAQUI 27	1			12.718	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5,0	1							
12.400	BURETA	1			12.720	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5,5	1							
12.274	CATETER DE OXIGÊNIO Nº 8	1			12.724	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,0	1							

KIT REPOSTO POR: *Escavinhos — 04*
Camp. Grandes — 04
el 5
atadinas — 03

REGISTRO DE ENFERMAGEM NO TRANS-OPERATÓRIO

NOME: Francisco Santana da Silva PRONTUÁRIO: 19256DATA: 04/07/20 HORÁRIO: 23:40 SALA: 08

CHEGOU AO CENTRO CIRÚRGICO		EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		HORÁRIO																																					
<input type="checkbox"/> CONSCIENTE <input type="checkbox"/> INCONSCIENTE <input type="checkbox"/> ORIENTADO <input type="checkbox"/> DESORIENTADO <input type="checkbox"/> DEAMBULANDO <input type="checkbox"/> EM MACA		CIRURGIÃO: <u>Dr. Waller</u> AUX 1: _____ AUX 2: _____ CIRCULANTE: <u>Dr. Bécia</u> INSTRUMENTADOR: <u>Dr. Juma</u> ENFERMEIRO: <u>Dr. Carlos</u> ANESTESISTA: <u>Dr. Erick</u>		ENTRADA NA SALA: <u>23:40</u> INÍCIO DA ANESTESIA: <u>23:50</u> INÍCIO DA CIRURGIA: <u>00:15</u> TÉRMINO DA CIRURGIA: <u>01:10</u> TÉRMINO DA ANESTESIA: _____ SAÍDA DA SALA: _____																																					
PROCEDÊNCIA DO PACIENTE: <u>P. V. de Trauma</u>																																									
CIRURGIA PROPOSTA: <u>Abc. cirúrgico de fr. exp. do P. E.</u>																																									
CIRURGIA REALIZADA: _____																																									
TECNICA ANESTÉSICA <input type="checkbox"/> GERAL VENOSA <input type="checkbox"/> GERAL INALATORIA <input type="checkbox"/> GERAL COMBINADA <input checked="" type="checkbox"/> TRAQUIANESTESIA <input type="checkbox"/> PERIDURAL C/CATETER <input type="checkbox"/> PERIDURAL S/CATETER <input type="checkbox"/> SEDAÇÃO <input type="checkbox"/> BLOQUEIO DO PLEXO <input type="checkbox"/> LOCAL ASSEPSIA <input checked="" type="checkbox"/> PVPI TÓPICO <input type="checkbox"/> PVPI ALCOÓLICO <input type="checkbox"/> CLOREX. ALCOÓLICO <input type="checkbox"/> CLOREX. DEGERMANTE <input type="checkbox"/> CLOREX. AQUOSA SUPOORTE VENTILATORIO TUBO ENDOTRAQUEAL <input type="checkbox"/> ORAL <input type="checkbox"/> NASAL TUBO AMARADO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO MÁSCARA LARÍNGEA <input type="checkbox"/> SIM		POSICÃO DO PACIENTE <input checked="" type="checkbox"/> DORSAL <input type="checkbox"/> VENTRAL <input type="checkbox"/> LAT. ESQ. <input type="checkbox"/> LAT. DIR. <input type="checkbox"/> CANIVETE <input type="checkbox"/> LITOTOMIA <input type="checkbox"/> TRENDELEMBURG <input type="checkbox"/> TRENDELEMBURG REVERSA BISTURI ELÉTRICO <input type="checkbox"/> BIPOLAR <input type="checkbox"/> UNIPOLAR <input type="checkbox"/> ULTRASSÔNICO <input type="checkbox"/> ARGÔNIO PLACA DE BISTURI LOCAL: <u>Ant. ①</u> COMPRESSAS GRANDES ENTREGUES: <u>20</u> DEVOLVIDAS: _____ COMPRESSAS PEQUENAS ENTREGUES: _____ DEVOLVIDAS: _____ CONTAGEM DE INSTRUMENTAL ENTREGUES: _____ DEVOLVIDAS: _____ GASOMETRIA ARTERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS UTILIZADOS <input type="checkbox"/> BOMBA DE INFUSÃO <input type="checkbox"/> DESFIBRILADOR <input type="checkbox"/> MONITOR CEREBRAL <input type="checkbox"/> INTENSIFICADOR DE IMAGEM <input type="checkbox"/> MANTA TÉRMICA <input type="checkbox"/> MICROSCÓPIO <input type="checkbox"/> FIBROSCÓPIO <input type="checkbox"/> MONITOR MULTIPARAMETROS <input type="checkbox"/> PA NÃO INVASIVA <input type="checkbox"/> PA INVASIVA <input type="checkbox"/> OXÍMETRO <input type="checkbox"/> CAPNOGRAFO <input type="checkbox"/> PIC <input type="checkbox"/> FOCO AUXILIAR <input type="checkbox"/> FONTE DE LUZ <input type="checkbox"/> BRONCOSCÓPIO <input type="checkbox"/> CARRO DE ANESTESIA <input type="checkbox"/> GARROTE PNEUMÁTICO <input type="checkbox"/> CARDIOSCÓPIO <input type="checkbox"/> TERMOMETRO <input type="checkbox"/> OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> ACESSO VENOSO PERIFÉRICO <u>USD</u> <input type="checkbox"/> ACESSO VENOSO CENTRAL <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E																																					
COXINS DE CONFORTO 		PLACA DE BISTURI, ELETRODOS E LOCAL DE INCISÃO  LEGENDA PLACA DE BISTURI  LOCAL: _____ ELETRODOS  INCISÃO 		SONDAS <input type="checkbox"/> SNG N° _____ <input type="checkbox"/> SNE N° _____ <input type="checkbox"/> FOGARTY N° _____ <input type="checkbox"/> SOND. FOLLEY N° _____ <input type="checkbox"/> C/RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> S/RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> FOLLEY SILICONE N° _____ <input type="checkbox"/> SONTA NELATON N° _____ PASSADA POR: _____ ASPIRAÇÃO N° _____																																					
DRENOS E CÂNULAS <input type="checkbox"/> SUÇÃO N° _____ <input type="checkbox"/> ABDOMINAL N° _____ <input type="checkbox"/> BLAKE N° _____ <input type="checkbox"/> TÓRAX N° _____ <input type="checkbox"/> PIZZER N° _____ <input type="checkbox"/> PENROSE N° _____ <input type="checkbox"/> KHER N° _____ <input type="checkbox"/> TRAQUEOSTOMO N° _____ <input type="checkbox"/> GUEDEL N° _____ <input type="checkbox"/> TOT N° _____		DIURESE DESPREZADA EM SALA <table border="1"> <thead> <tr> <th>HORA</th> <th>VOLUME</th> <th>ASPECTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table> ANATOMO PATOLÓGICO NOME DA PEÇA: _____ N° DA PEÇA: _____ <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		HORA	VOLUME	ASPECTO										<table border="1"> <thead> <tr> <th>SANGUE E HEMODERIVADO</th> <th>QUANT.</th> <th>DATA</th> <th>HORÁRIO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CONCENTRADO DE HEMÁCIAS</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS</td> </tr> <tr> <td>PLASMA</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS</td> </tr> <tr> <td>PLAQUETAS</td> <td> </td> <td> </td> <td>1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS</td> </tr> <tr> <td>OUTROS</td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>N° DA BOLSA</td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		SANGUE E HEMODERIVADO	QUANT.	DATA	HORÁRIO	CONCENTRADO DE HEMÁCIAS			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS	PLASMA			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS	PLAQUETAS			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS	OUTROS				N° DA BOLSA			
HORA	VOLUME	ASPECTO																																							
SANGUE E HEMODERIVADO	QUANT.	DATA	HORÁRIO																																						
CONCENTRADO DE HEMÁCIAS			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS																																						
PLASMA			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS																																						
PLAQUETAS			1º INÍCIO TERMINO 2º INÍCIO TERMINO OUTRAS																																						
OUTROS																																									
N° DA BOLSA																																									
SINAIS VITAIS <table border="1"> <tbody> <tr><td>FC (BPM)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>SpO2 (mmHg)</td><td>100%</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>EPcO2 (mmHg)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>PA (mmHg)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>PAI (mmHg)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>FR (RPM)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>TEMP. (°C)</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>LPP (LOCAL)?</td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>						FC (BPM)				SpO2 (mmHg)	100%			EPcO2 (mmHg)				PA (mmHg)				PAI (mmHg)				FR (RPM)				TEMP. (°C)				LPP (LOCAL)?							
FC (BPM)																																									
SpO2 (mmHg)	100%																																								
EPcO2 (mmHg)																																									
PA (mmHg)																																									
PAI (mmHg)																																									
FR (RPM)																																									
TEMP. (°C)																																									
LPP (LOCAL)?																																									



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 16 / 07 / 2020.

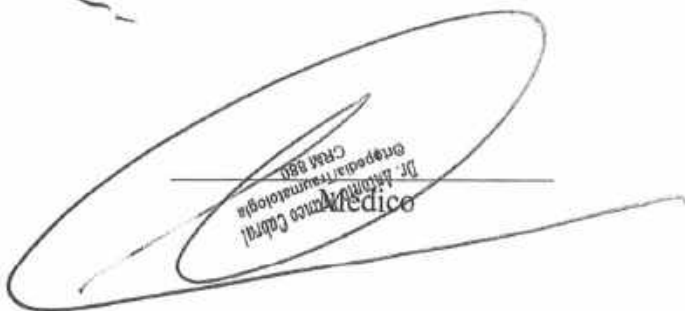
12 ° DIH

NOME: **Francisco Santana da Silva 18anos – A 6.2**

DIAGNÓSTICO(S): **Fratura Múltiplas Pé E + Amputação Traumática 3° e 4 ° PDD PÉ**

EVOLUÇÃO MÉDICA: _____

	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
	1º. Dieta Livre	
	2º. Gelco Salinizado	
	3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	
	4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	
	5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	
	6º. Nauseudron 8mg EV 08/08hs SOS	
	7º. Antak 50mg EV ou 150mg VO 12/12hs / Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	
	8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs	
	9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs SUSP	
	10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
	11º. Glicose 25% 04amp. EV se Glicemia < ou = 80mg/dl SOS	
	12º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	
	13º. Dextro 6/6hs SUSP	
14º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 – 250: 02UI 251 – 300: 04UI 301 – 350: 06UI 351 – 400: 08UI > ou = 401: 10UI		
15º. Curativos Diários 1 x dia (x) SF 0,9% + Gazes		
	16º SSVV 6/6hs	
	17º	
	18º	
	19º	
	20º	
	21º	


Dr. Antonio Carlos Cabral
Ortopedia e Traumatologia
CRM 880
Médico

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE
=====

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 19216
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: FRANCISCO SANTANA DA SILVA
Documento.....: 71120840 Tipo :
Data de Nascimento: 4/10/2001 Idade: 18 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: FRANCISCO ALVES DA SILVA
Nome da Mae.....: ADRIANA CRISTINA SILVA SANTANA
Endereco.....: RUA PARTIDO 2 12
Bairro.....: COROA DO MEIO Cep.: 49000-000
Telefone.....: 79-998951138
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 163313
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Leito.....: 999.0331
Data da Internacao: 04/07/2020
Hora da Internacao: 23:36
Medico Solicitante: 985.392.305-00 - MARCIO FARIAS ALVES
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: AAOLIVEIRA

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

Nome do Paciente: Francisco Santana da Silva

Idade: 18

Sexo: M

Unidade de Produção: e-c

Leito:

Nº do Prontuário: 9216

HISTÓRICO	
05/07/20	NO 21/07/2019, V-SUAÇÃO INV. ABL. DO 3º Y. DNE, SEM CIRCUN. SA EN C/ CAPILAR. OAF DO DA AMPLIAÇÃO E F. LAM DOS ENTUMOS DO S-MIT. E 2. MUCOM.
05/07/20	Paciente em PO de expressão, vocaliza e cutis cirúrgica, calma, consciente orientado verbalmente, mantendo perfuração em HSE ca-lisa fluida. nega alergia medicamentos, ne-da-lus, pregosa. Mantendo curativo ocular e seco em PE. segue confortável al-que-las. — Jorge Sadeles

Maria Belenides do C. Santos
ENFERMEIRA 127427
COREN - SE

Nome do Paciente: Francisco Jantana da Silva Idade: 18a Sexo:
Unidade de Produção: Ala A Leito: 6.2 Nº do Prontuário:

DATA HORA HISTÓRICO

13/10/18 MICROSCÓPIO GROSSO
D. NERVOSE E DELE PLACER
AS VPM

13/07/20 Psicologia (Manhã)
No momento, paciente acordado, consciente e orientado no tempo e no espaço, apresenta pouco volume de fala, mas com predomínio de ideias claras e sentidas. Bem adaptado ao contexto de internação. Nega sintomas. Bom estado geral e pouco ansioso. Identifica demanda psicológica no momento atual que em observação.

Karla Yane Jones de S. Mendes
Psicóloga
CRP 19/1722



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação
Hospital de Saúde

Nome do Paciente:	Francisco Santana do Silveira	Idade:	18	Sexo:	M
Unidade de Produção:	SRPA	Leito:	08	Nº do Prontuário:	19216

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
05/07/2020	01:30	Paciente jovem admitido na SRPA acordado, responsivo, colabora com a equipe em uso de AVE, segue as observações da equipe.
05/07/2020	06:00	Paciente acordado, colabora com a equipe, segue as observações da equipe.
05/07/2020	08:00	Paciente no leito acordado, colabora com a equipe, segue as observações da equipe. Administração de medicamentos conforme prescrição.
05/07/2020	10:00	Administração de medicamentos conforme prescrição.
05/07/2020	11:30	Paciente acordado, colabora com a equipe, segue as observações da equipe. Administração de medicamentos conforme prescrição.
05/07/2020	12:00	Paciente acordado, colabora com a equipe, segue as observações da equipe. Administração de medicamentos conforme prescrição.
05/07/2020	17h	Quarto sem queixas ou alterações. Administração de medicamentos de acordo com a prescrição.
05/07/2020	18h	Paciente segue seu curso clínico.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



Fundação
Hospitalar
de Saúde

Nome do Paciente: <u>Francisco Santana de Silva</u>	Idade: <u>18a</u>	Sexo: <u>M</u>
Unidade de Produção: <u>Ala D</u>	Leito: <u>6.2</u>	Nº do Prontuário: <u></u>

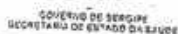
DATA	HORA	EVOLUÇÃO
07/07	08:00	Paciente no leito consciente orientado em resposta de perguntas não refere a queixa principal e administrando medicamentos conforme prescrição terapêutica e transtorno segue a evolução da enfermagem
	10:00	Realização curativo conforme prescrição
	12:00	Adm. medicamentos conforme prescrição eucalipto TV segue sem alterações em nível de consciência
	13:30h	Pte encostado no leito, calmo, e uso de gel de gel, engasgo, agitação e uso de medicação de emergência
	18h	Pte acantonado
	07/07	
		24h Pte no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
		24h Pte no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
		24h Pte no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
08/07	07:00	Paciente no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência, em uso de medicação de emergência
08/07	08:00	Paciente no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
08/07	09:00	Paciente no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
08/07	10:00	Paciente no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência
08/07	12:00	Paciente no leito, calmo, consciente, agitação em nível de consciência

Anderson Batista da Conceição
CORPUS 123456



Nome do Paciente:	Francisco Santana da S.	Idade:	48	Sexo:	
Unidade de Produção:	Ala	Leito:	82	Nº do Prontuário:	

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
09/07	19	Paciente em companhia de familiares, parando mantendo o quadro clínico.
10/07	05	Dados eu alegos — " — "
10/07	07	Mantendo medicamentação conforme prescrição.
10/07	08	Seguindo mantendo o quadro sem alterações.
10/07	09	em jejum e aos cuidados da enfermagem.
10/07	09:00	Paciente no leito, calmo, autônomo, hidratado, sem uso de ACP, fímbrio enfiado.
10/07	11:00	NIE, humilidade para família.
10/07	08:00	Paciente em repouso.
10/07	09:00	Paciente em repouso, calmo, fímbrio enfiado.
10/07	17:00	Paciente em repouso, calmo, fímbrio enfiado.
10/07	13:30h	Paciente no leito, calmo, hidratado, eufórico, gelado.
10/07	18h	Admissão de medicação de horário.
10/07	18h	RLE acertar dieta.
10/07	19h	Paciente no leito calmo, consciente, hidratado.
10/07	07	Em repouso, eufórico, apêndice em tempo, sem dor, sem uso de ACP, fímbrio enfiado.
10/07	08	sem queixas.
10/07	08	Mantendo quadro clínico.
10/07	08	Paciente eufórico, não no leito, mas consciente em uso de ACP curativo em pé e, trocando o fímbrio. Sem queixas.
10/07	12h	Paciente calmo, aceita a medicação + dieta.
10/07	15h	Paciente calmo e sem queixas.



Fund Hosp de S

Página

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Nome do Paciente: Francisco da Silva

Idade: 18 anos

Sexo: M

U.P: A G-2

Matrícula:

DATA		HORA	EVOLUÇÃO	TEMP	PULSO	RESP	PRESSÃO ARTERIAL	GLICEMIA
13/07	20h		Paciente encontra-se no leito calmo, com oxigênio em uso de 4L + sucativo ocular em PE. 100% quilo no humilhação.					
	21h		Paciente dormiu tranquilamente.					
	22h		Paciente para seguir para a cirurgia.					
14/07	8h		Paciente no leito acordado, aceita dieta. Realizado curativo do PE. Realizado curativo no local de conexão do cateter conforme prescrição.					
	13h30h		Paciente encontrado no leito calmo e com gels hidrogéis, exposto.					
	18h		Paciente encontra-se acordado, aceita dieta.					
15/07	07h		Paciente no leito, calmo, consciente. Realizado higiene corporal e curativo. Aceitando dieta e curativo. Realizado PR. Administrado medicamento conforme prescrição.					
			Paciente encontra-se no leito.					

RELATÓRIO MÉDICO

O (a) paciente

foi atendido (a), nesta unidade dia

0402, 20

tendo sido submetido(a), (☒) a tratamento cirúrgico (☐) conservador.

de

fratura ob / Pej + / Anfractura
III, IV / ortopédica

CID:

S58.1

S58.1

ARACAJU

16 07, 20

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 880

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

NOME:

ORIENTAÇÕES:

1º CURATIVO DIÁRIO

2º RETIRAR PONTOS COM 15 DIAS

3º NÃO PISAR SE TIVER OPERADO MEMBROS INFERIORES

4º MOVIMENTAR O MEMBRO OPERADO

5º MANTER MEMBRO ELEVADO

RETORNAR COM _____ DIAS

LIGAR PARA 3234 3412 PARA AGENDAR RETORNO QUE SERÁ FEITO NO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA, PRÓXIMO AO CASE E CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER

NO RETORNO TRAZER RX DE CONTROLE SOLICITADO

SOLICITO RX:

02 P

02 P

02 P

ARACAJU, _____/_____/_____

OBS. EM CASO DE ANORMALIDADE ANTECIPAR RETORNO

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 880

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 880



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

15/12/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

16/12/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se e intime-se a parte ré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10 do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art. 334, caput e § 3º do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências necessárias. Aracaju/SE, 15 de dezembro de 2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040601314 - Número Único: 0051674-46.2020.8.25.0001
Autor: FRANCISCO SANTANA DA SILVA
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se de conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhem-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação.

Cite-se e intime-se a parteré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, capute inciso I do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10 do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no **art. 334, capute § 3º do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20

dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Remetam-se os autos à Central/Núcleo de Conciliação (CEJUSC) para as providências necessárias.

Aracaju/SE, 15 de dezembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 16/12/2020, às 06:52:09**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002428475-93**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

17/12/2020

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Remetido ao CEJUSC.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

17/12/2020

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

 Audiência de Conciliação/Mediação designada para o dia 29/03/2021, às 07h:30min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: GRUPO 1- PAUTA VIRTUAL -SALA 15.2021.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Considera(m)-se intimada(s) da Audiência de Conciliação a(s) parte(s) requerente(s) e (ou) requeridos(s), por meio de seu(s) patrono(s), via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC) para realização de audiência por videoconferência, nos termos da Portaria 29/2020. Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo ZOOM Cloud Meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada para a videoconferência, sendo o link de acesso: <https://us02web.zoom.us/my/sala15cejusc.aju>

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Audiência de Conciliação/Mediação designada para o dia 29/03/2021, às 07h:30min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: GRUPO 1- PAUTA VIRTUAL -SALA 15.2021.Para realização de audiência por videoconferência, nos termos da Portaria 29/2020. Nesse caso, deverá ser providenciada a instalação do aplicativo ZOOM Cloud Meetings em seu smartphone, tablet ou computador, uma vez que será a plataforma utilizada para a videoconferência, sendo o link de acesso:
<https://us02web.zoom.us/my/sala6cejusc.aju>

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Parte requerente intimada por seu advogado e requerida citação eletrônica

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

19/01/2021

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 21/01/2021, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 14/01/2021, às 20:06:43.

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040601314

DATA:

21/01/2021

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA - 1193}

LOCALIZAÇÃO:

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Aracaju

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DE ARACAJU - SE**

AUTOS Nº 202040601314

FRANCISCO SANTANA DA SILVA, devidamente qualificada nos autos que move em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados que esta subscrevem, em atenção à certidão de fls., manifestar no que segue:

Não possui interesse na audiência de conciliação do art 344, visto que a Ré não apresente proposta de acordo sem realização de perícia médica.

Nestes termos, pede deferimento.

Aracaju – SE, 21 de janeiro de 2021

Thayla Jamille Paes Vila
OAB 1.193-A/SE

Arthur A. Coldibelli Francisco
OAB/MS 16.303

Rafael Coldibelli F. Filho
OAB/MS 15.878

Thayla Jamille Paes Vila
OAB 16317/MS